

Um ano de cotas

MARISOL RECAMAN

Propor uma avaliação da implantação da cota mínima de 30% de mulheres nas direções, exige restabelecermos as concepções que geraram as propostas concretas de ações afirmativas em relação às mulheres dentro do PT. As resoluções do 1º Congresso do PT ajudam-nos a recompor a visão mais global do significado estratégico da luta pela democracia efetiva entre mulheres e homens - democracia de gênero.

“A construção plena da participação política das mulheres é um processo que não se restringe à sua participação equitativa na direção. Vincula-se a toda uma política de combate às diferentes formas de discriminação, o que implica o estabelecimento de propostas que se contraponham à dinâmica de exclusão das mulheres dos espaços de participação política e decisão. Isso requer investimento na formação política das militantes mulheres, incentivo à auto-organização das mulheres, a criação de condições para a participação efetiva das mulheres. Garantir uma presença mínima de mulheres nos organismos de direção, entretanto, é condição essencial para que o partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da atuação política e da vida pública. Neste sentido, na composição dos Conselhos Deliberativos e das Comissões Dirigentes de nível municipal, estadual e nacional do partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT” (Resoluções do 1º Congresso, ponto 63).

Tendo esse ponto de partida, a avaliação busca indicar o quanto avançamos (ou não) em relação à democracia de gênero com a implementação das cotas. Isso passa por experiências vivenciadas no PT que são diversificadas, seja pelas diferenças regionais, seja pelo momento da construção do partido em cada local. Contudo é fundamental iniciarmos, apesar dos limites, uma avaliação mais globalizante, que o partido sequer iniciou. Este artigo procura contribuir para estabelecer os parâmetros a partir dos quais esta avaliação

Cotas e participação

Avaliar a capacidade do partido em efetivamente cumprir a resolução que garante no mínimo 30% de mulheres nas direções é o primeiro momento para dar consequência a qualquer outra análise em relação a política de cotas. A primeira experiência da implantação foi no processo de renovação das direções, no ano passado, onde enfrentamos diversas dificuldades. Elas iam do aprendizado com os cálculos à disputa política, com argumentações como a de que não existiam mulheres suficientemente preparadas para responder as tarefas de direção. Este é um momento decisivo da disputa. Garantir o cumprimento da implementação das cotas é garantir o aumento de mulheres participando dos espaços de decisão do partido.

É evidente que isto não aconteceu de forma homogênea em todo o PT a nível nacional. Existiram casos de não cumprimento das cotas. Contudo, as diversas experiências que garantiram as cotas, apresentam hoje alguns elementos importantes de avaliação.

Analisando um caso concreto, o do PT do município de São Paulo, que garantiu a aplicação das cotas na renovação das direções zonais e municipal em 1992. O reflexo deste processo é hoje o aumento efetivo de militantes mulheres no cotidiano das decisões partidárias e no presente processo de encontros. Para dar uma idéia numérica, os encontros do PT na capital paulista, elegem aproximadamente 700 companheiros/as para as direções zonais e municipal. O mínimo de 30% de mulheres significa, aproximadamente, 210 companheiras que se integram nas atividades de direção. Como resultado, observamos que as reações despolitizadas e por vezes até violentas contra as cotas neste ano foram menores do que no ano passado.

Nos diversos zonais, há mais companheiras integradas aos processos de preparação dos encontros, nas montagens de chapas e nas disputas de posições. Coloca-se, ainda que inicialmente, uma qualidade de intervenção das militantes superior àquela na qual as mulheres ficam a margem dos

processos de decisão - apesar de estarem atuando cotidianamente na construção partidária.

Processo inicial

Obyiamente, os problemas não estão resolvidos, muito pelo contrário. As atitudes machistas, discriminatórias fazem parte do cotidiano do PT. Ainda não é comum a eleição de mulheres para cargos nas executivas que tradicionalmente indicam mais acúmulo de poder, como é o caso da presidência e das secretarias gerais. Os casos em que mulheres assumem estes cargos ainda podem ser analisados enquanto exceções. E isso vale também para a profissionalização dos membros de direção.

Também precisamos ressaltar que o não cumprimento pelo partido das demais medidas de ações afirmativas dificultam um processo mais global de ataque aos mecanismos de exclusão das mulheres. É o caso da garantia de processos formativos que integrem as mulheres e ao mesmo tempo integre as lutas das mulheres como pauta de todas as atividades de formação; das iniciativas em relação a alteração da dinâmica da vida partidária que dificulta a participação, principalmente de quem cumpre tripla jornada; da ausência de creches nas atividades partidárias. Estas são ações importantes para o ingresso e permanência das mulheres na vida partidária.

Contudo esse processo - ainda novo e com problemas - demonstra que a aplicação da política de cotas, com a presença das mulheres nas instâncias de decisão e de disputas, possibilitou a um número maior de companheiras participarem de um espaço de poder e acumular experiências antes “naturalmente” negadas a elas. Isso qualifica e estimula a construção de sua militância.

Assimilação coletiva?

Um segundo elemento é discutir em que medida demos início a coletivização das responsabilidades na luta contra à discriminação das mulheres com a implementação da política de cotas e como isso passou a ser assumido por toda a direção, mulheres e homens.

Desde o processo de preparação do 1º congresso, é possível afirmar que, apesar do partido ainda se relacionar com a questão da mulher de uma forma departamentalizada, inicia-se uma certa alteração no que é a presença cotidiana desta discussão para o conjunto do PT. Para os militantes (mulheres e homens) há uma possibilidade de introjetar a luta pela democracia de gênero de uma forma mais concreta, colocada no dia a dia das disputas partidárias, uma vez que as cotas estão presentes nas discussões de composição das direções. Na medida em que existe uma presença das mulheres nas estruturas de poder do partido, esse processo abre mais um caminho na consolidação de relações mais democráticas entre homens e mulheres no interior do partido.

Estamos apenas dando os primeiros passos, ainda de maneira pouco politizada. Não há uma apreensão mais clara do que isso representa na transformação da sociedade e na incorporação estratégica da libertação das mulheres pelo PT. Mas apesar de ainda ser comum as desqualificações em relação as cotas, o fato do partido vivenciar coletivamente essa experiência já nos coloca, no mínimo, olhando de frente para essa luta. Este início de coletivização das responsabilidades é fundamental, mesmo que as manifestações, níveis de incorporação, posições e vontade política ainda sejam muito diferenciadas.



A cidadania das mulheres

Em terceiro lugar, o processo de luta pela democratização das relações de gênero ao interior do partido, expresso nas cotas, deve impulsionar a nossa ação política sobre a questão

de gênero na sociedade. Neste ponto, ainda temos muito a avançar.

De um lado, a ação do PT na lutas sociais - no movimento sindical ou no movimento popular - não incorpora a questão da libertação das mulheres nas lutas gerais desses movimentos. Os avanços na participação das mulheres nas esferas do partido deve ter uma decorrência nos movimentos onde as e os petistas atuam, senão teremos uma situação sempre frágil. E isso diz respeito não apenas à participação nos espaços de poder, mas também a assimilação das temáticas e reivindicações das mulheres por esses movimentos.

De outro, nossa ação institucional em relação à conquista e avanço no que se refere à cidadania da mulher - seja a frente dos executivos, seja nos legislativos - são fragmentadas e isoladas. Não se apresentam enquanto luta coletiva das nossas bancadas e/

ou prefeituras. Algumas experiências de implantação de políticas públicas em relação as mulheres em nossas prefeituras mostram as dificuldades de consolidação e são entendidas como não prioridades. Além disso, nem todas tiveram inicia-

tivas nesse sentido. Isso é evidente, por exemplo, nas resistências a constituição de secretarias ou coordenações de mulheres nas nossas administrações.

Estes problemas expressam-se também na definição das candidaturas do partido para postos executivos e legislativos. O processo interno de definição de candidaturas ao parlamento não considera o corte de gênero. A esmagadora maioria dos porta-vozes do PT são homens. Eles dificilmente priorizam ou mesmo levantam, na sua ação institucional, reivindicações que defendem avanços para as mulheres. As listas de candidatos do PT para as próximas eleições devem procurar corrigir este problema, incorporando um número substancial de candidatas e destacando as reivindicações das mulheres na plataforma política dos partidos.

Há ainda outro aspecto em que o PT não trabalhou de forma adequada a questão das cotas na sua relação com a sociedade: a sua divulgação e propaganda como esforço e exemplo de medida de democratização e avanço na conquista de uma cidadania efetiva das mulheres. Em todos os países onde partidos políticos passaram a implementar políticas de ação afirmativa (e, em particular, de cotas na direção), eles deram um amplo destaque para isso em suas campanhas, o que é importante tanto como demonstrativo de seu compromisso prático com a luta das mulheres, como exemplo para outras instituições e setores sociais.

Estas constatações são o primeiro passo para refletirmos sobre as conquistas efetivas e potenciais da política de cotas na democracia interna do PT e o seu significado na elaboração e na ação política do partido na sociedade. □

Marisol Recaman é membro do CDM e da Comissão de Mulheres da cidade de São Paulo

